

Adriano Moreira

A FUNÇÃO DA EUROPA NO GLOBALISMO



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

A FUNÇÃO DA EUROPA NO GLOBALISMO

AUTOR

ADRIANO MOREIRA

EDITOR

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

EDIÇÃO

ANTÓNIO SANTOS TEIXEIRA
SUSANA PATRÍCIO MARQUES

ISBN

978-972-623-184-4

ORGANIZAÇÃO



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

Academia das Ciências de Lisboa

R. Academia das Ciências, 19

1249-122 LISBOA

Telefone: 213219730

Correio Eletrónico: geral@acad-ciencias.pt

Internet: www.acad-ciencias.pt

A FUNÇÃO DA EUROPA NO GLOBALISMO

Adriano Moreira

1 – O Império Euromundista

A meditação sobre a função da Europa, no século XXI em que nos encontramos, exige um prévio entendimento sobre qual o conceito com que estamos a lidar. Uma exigência que é complexa em vista das várias perspectivas que se cruzam, designadamente as perspectivas histórica, geográfica, económica, cultural, e predominantemente a *perspectiva política*.

Será esta a que teremos antes de mais em conta, sem poder ignorar as suas implicações com as restantes, mas parece-nos que a desempenhar uma função monitora de todos os outros domínios em que se perfilam desafios ao futuro europeu.

A *perspectiva política* tem por elemento director a luta pela aquisição, exercício, e manutenção do poder sobre áreas geográficas e humanas, quer esse poder revista a modalidade extrema da *soberania*, com modalidades diferenciadoras, mais pela semântica do que pela substância (mandato, protectorado, fideicomisso, colónia), ou às modalidades que a *hegemonia* reveste nas diferentes balanças de poder, *balança do poder militar, balança do poder económico e financeiro, balança do poder cultural*, incluindo nesta a ciência e a tecnologia.

Com rigor suficiente, sem ignorar a evidência de que existem fronteiras de desenho controverso, no século XX a *Europa Política* era o centro de um Império Euromundista sem definição constitucional, em que as soberanias da frente atlântica repartiam vastos domínios coloniais e de hegemonia, territórios e povos que a literatura tratava de *resto do mundo*, visto como uma *cera mole* que os europeus moldariam pelos valores, modelos de comportamento civil e político, e interesses económicos, dos colonizadores.¹

Quando, no início do século XX, a Inglaterra dominava a maior parte do consolidado Império Euromundista, este com a configuração desenhada pela

¹ Hannah Arendt, *A promessa da política*, Difel, Rio de Janeiro, 2009, pag. 150: “A origem da política externa pode ser situada nas primeiras décadas da expansão imperialista da virada do século”. Anatole France, *Sur la pierre blanche*, Paris, Calmann-Levy, 1905, pags. 226-230: “mais la France qui ne sort guère de son pardin, qu’a-t-elle besoins de colonies, juste Ciel!... Elle a, pendant suixante-dix ans dépouillé, chassé, traqué les Arabes pour peupler l’Algérie d’Italiens et d’Espagnols! ” Na *Europa Central e Oriental*, o Império Alemão foi proclamado em 1871 por Bismarck, com Guilherme II a defender uma política mundial e o pangermanismo; o Império Austro-Hungaro dos Habsbourg, deu esperança, com Francisco-José a reinar desde 1848, de um federalismo plural de comunidades diferenciadas. Uma Europa na qual Victor Hugo já proclamava, em 1876, “Il faut à l’Europe une nationalité européenne”, in *Actes et Paroles, pour le Serbie*.

Conferência de Berlim de 1885, a visão directora dominante era expressa por Lord Asquit discursando na Conferência Imperial de Londres de 1911. Pondo em evidência o pluralismo de climas, solos, “homens e religiões” que ali estavam representados, sublinhava em primeiro lugar a importância política de uma organização que dirige “perto de um terço da humanidade”, mas com a flexibilidade institucional apropriada no sentido de garantir a coexistência e cooperação pacíficas: um regime de self-government, onde o princípio da legalidade era respeitado, e as autonomias fiéis à Coroa na defesa dos interesses comuns.

Esta visão optimista tinha por então sobretudo em vista os Domínios de povoamento e posse do poder pelos europeus migrantes, de que os EUA eram já o dissidente a caminho da grandeza mundial, mas a *cera mole* continuaria a perspectivar o apartheid mais ou menos severo, conforme as latitudes, do resto do Império.² Portugal esteve na origem dessa expansão europeia para o ultramar, com o conceito estratégico nacional da Dinastia de Aviz e a liderança mítica do Infante D. Henrique, conseguiu parte do império africano na Conferência de Berlim de 1885, e sofreu nesse processo uma das maiores humilhações nacionais que foi o Ultimatum de 1890.³ Esta tarefa de imposição do poder europeu ao resto do mundo, no fim do século XIX e começo do século XX, foi geralmente justificada nos parlamentos pela necessidade de dominar as fontes de matérias-primas e mercados de produtos acabados, uma alegação que orientou as meditações de Lenine em *L'Impérialisme, Stade Suprême du Capitalisme*, aparecido em 1917, quando a primeira guerra mundial (1914-1918) iniciava o trajecto que levaria ao ponto final colocado no Império Euromundista pela guerra de 1939-1945. Os analistas discutem o lema fundamento dos objectivos económicos daquela expansão, e o escutado Raymond Aron, que viveu e doutrinou o processo de retirada e a guerra fria que se seguiu, defendia que “o impulso propriamente político parece mais forte que as motivações económicas. A ambição de grandeza e glória que animava os governos pesou mais sobre o curso dos acontecimentos do que a influência, mais ou menos disfarçada, das sociedades anónimas”.

O facto, de qualquer modo, é que na véspera da I Guerra Mundial, e com excepção de algumas colónias japonesas (Formosa e Coreia) ou americanas (Filipinas), e enfrentando o Império Otomano que submetera as regiões árabes, os europeus dominavam o mundo. Os impérios marítimos pertenciam à Inglaterra, à França, a Portugal, à Espanha, à Holanda, à Bélgica, tardiamente à Alemanha e à Itália. Se considerarmos a Rússia, esta estendia o seu império especificamente territorial à Sibéria, à Ásia Central, ao Cáucaso. A hegemonia, por seu lado, reduzira a soberania da

² A. B. Kleith, *Selected Speeches and Documents on British Colonial Policy 1763-1917*, Londres, Oxford University Press, 1953, II, pg. 450.

³ O mais autorizado interventor português da época foi Luciano Cordeiro, *Questões Histórico-Coloniais*, 3 volumes, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1935-1936, fundador da Sociedade de Geografia de Lisboa. Ver Joaquim Bensaúde, *Luciano Pereira da Silva e a sua obra*, Coimbra, 1927.

China a um poder fragilizado por franceses, ingleses, alemães, russos, japoneses, ficando salvaguardada na memória histórica a diferente presença portuguesa.⁴

2 – A fragilização da sede europeia: as guerras civis dos europeus

Este poder global sofria na sede factores de corrosão, a que apenas o desequilíbrio de poderes do *resto do mundo* permitiu a espécie de milagre que foi a sua longa duração até ao fim da guerra mundial de 1939-1945.

Tal desequilíbrio evidenciava, em primeiro lugar, a notável distância a que esse resto do mundo se encontrou do progresso científico e técnico dos europeus. Daqui nasceu um reconhecimento geral de superioridade civilizacional que dava apoio à vontade do poder, e esta olhava para os restantes povos como uma espécie de cera mole que poderia, e, de acordo com semânticas de legitimação, deveria ser trabalhada no sentido de se converter aos modelos dos colonizadores, sem perder a submissão aos interesses desses invasores.

No virar do século XIX para o século XX, período de consolidação do Império Euromundista sobre o resto do mundo, e num período que decorre entre a derrota do projecto europeu de Napoleão na batalha de Waterloo em 1815, e o desastre da guerra civil europeia de 1914-1918, ele atinge um esplendor cultural de excelência, com as suas capitais Paris, Londres, Viena, Berlim, Roma, a comprovarem a realidade do espírito europeu para além das diferenças nacionais e das rivalidades das soberanias, mas gozando de uma relativa paz entre os países, porque os conflitos eram de fraca intensidade.

Os avanços científicos permitiam a Marcelin Porthelot proclamar que “a ciência é a benfeitora da humanidade”, a qual graças a ela se tornaria “fraterna”.⁵

⁴ J. Carpentier et F. Lebrun (Dir.), *Histoire de L'Europe*, Editions du Seuil, Paris, 1990. Raymond Aron, *Paix et Guerre entre les Nations*, Calmonn-Levy, Paris, 1962. Gordon A. Craig, *Europe Since 1815*, Holt, Rinepart, and Winston, New York, 1961, sobre *Imperial Expansions 1871-1914*, pg. 400. John A. Garraty e Peter Gay (Edt.), *The Columbia History of the World*, Harper and Row, New York, 1981, sobre *Imperialism in Africa*, pg. 921. Para a evolução da política portuguesa, Adriano Moreira, *Política Ultramarina*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, 1956, sobre *o Institucionalismo português*, pg. 268. Para a evolução que conduziu à emergência dos Estados Unidos da América, como parceiro do Império Euromundista, Paul Johnson, *The Birth of the Modern World*, Harper, N. Y., 1991, e *A History of the Modern World*, George Weidenfeld e Nicolson Ltd., Londres, 1983. Adriano Moreira, *A Europa em Formação*, S. Paulo, 1976. A. Moreira, *A Comunidade Internacional em Mudança*, Almedina, Coimbra, 2008.

⁵ In Jean Carpentier, cit., pag. 365 e segts. François Dagognet, *La Technique*, in Antoine Compagnon e Jacques Seebacher (Dir.) *L'Esprit de l'Europe*, Flammarion, Paris, 1993, II vol. *Mots et Choses*, pg. 224 e segts. Jean Audouze e Michel Cassé, in *L'Esprit de l'Europe*, cit., *La Science*, pg. 235 e segts. Ernest Renan, em *L'Avenir de la science, pensées de 1848*, prognosticava: “organizar cientificamente a humanidade, é pois a última palavra da ciência moderna, tal a sua audaciosa, mas legítima pretensão. Desde que a religiosidade do homem venha a exercer-se sob a forma puramente científica e racional, tudo o que o Estado confiava antes ao exercício religioso tornar-se-á direito da ciência, a única religião definitiva: não mais haverá orçamento dos cultos, haverá orçamento da ciência, orçamento das artes”.

Foi esta realidade que, ao serviço da expansão política, impôs ao resto do mundo uma *balança de poderes* de superioridade indiscutível, semeando ao mesmo tempo um *capital de queixas* que explodiu depois da guerra de 1939-1945, quando aquela balança de poderes se desequilibrou contra os europeus.

E foi depois do desastre do Império que, retrospectivamente, se avaliou o passado recente chamando-lhe *La belle Epoque*. Como foi sublinhado por analistas, a expressão omitia o passivo da qualidade de vida europeia, numa época em que crescia a emigração dos desamparados para o paraíso anunciado dos Estados Unidos da América, em que o trabalho dos mineiros era de servidão, as carências alimentares no leste eram cruéis, e as comunidades submissas no Império Austríaco e ao Império Turco não conseguiam a liberdade prometida às nações.

Aquele paraíso anunciado, fundado por emigrantes europeus que agora atraíam, por cotas, o pluralismo não integrado das comunidades europeias, iria redefinir o alargamento do incerto conceito de Europa pelo conceito abrangente de Ocidente, vigente sobretudo depois da guerra de 1914-1918.

Independentemente das condições gerais de vida, o Canon europeu identificador, com disputas internas, talvez tenha a sua melhor expressão nas tentativas de enumerar os criadores que ficaram na memória colectiva de referência dos povos que se reconhecem europeus.

Uma das sérias tentativas foi levada a efeito sob a direcção de Robert Maynard Hutchins (Editor) e Mortimer J. Adler (Associate Editor), com um grupo de consultores e conselheiros exclusivamente americanos e da Comunidade Britânica, com o título – *Great Books of the Western World* (1952), e orientação das Faculdades da University of Chicago.⁶

Foi esse o património imaterial que sobreviveu às duas guerras civis dos europeus, a última delas entre 1939-1945, uma guerra que não foi causada por qualquer agressão exterior, foi detonada mais uma vez pelos *demónios interiores da Europa*, despertados pelas soberanias absolutas, pelos nacionalismos radicais, pelas ideologias totalitárias, pelo racismo demencial, que fez em todo o caso emergir com consistência política o conceito de *Ocidente*, pelo envolvimento dos EUA em ambos os conflitos: um

⁶ Tem 54 volumes, com excelente orientação para avaliar do que chamam *The Great Conversation*, expressa nos livros “*that had endured and that the common voice of mankind called the finest creations, in writing, of the western mind*”. A reivindicação de total independência em relação a preferências nacionais tem ali prova dada. Mas, não obstante, nenhuma contribuição portuguesa foi relacionada, o que não parece falha dos editores. Estão fora do critério, mas são de lembrar: *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama*, Apresentação e notas de Neves Águas, Publicações Europa-América, Mem-Martins, 1987, e *Cristóvão Colombo. A Descoberta da América, Diário de Bordo da 1.ª Viagem (1492-1493)*, Prefácio de Luís de Albuquerque, Publicações Europa-América, Mem-Martins, 1990.

envolvimento que não defrontou qualquer inimigo invasor armado da área, mas apenas os demónios interiores.⁷

De então em diante, até à queda do Muro de Berlim em 1989, o tema abrangente foi o do *Ocidente*, visto como *um processo*, no dizer de A. Ch. de Guttenberg, que escreveu um excelente ensaio de síntese e de crítica dos fundamentos do século XX, e como um pluralismo de afinidades, como concluiu Alfred Grosser na análise de relação dos países da Europa e dos Estados Unidos da América depois da guerra.⁸ A perda do poder político mundial abriu caminho à consciência da necessidade de meditar, como sintetizou Guttenberg, depois da longa e nem sempre afortunada expansão do colonialismo, sobre uma retoma da consciência europeia, a qual deve provocar uma nova orientação interior da qual dependerá em definitivo a perpetuação psicossomática do mundo ocidental.

3 – A guerra fria e a longa dependência estratégica

A paz de 1945 foi seguida da Carta da ONU, assinada em 26 de Junho desse ano, apenas por ocidentais, e baseada numa cândida ideologia de paz perpétua e numa percepção equívoca de sobrevivência de passadas grandezas. A ideologia foi rapidamente desfeiteada pela necessidade de organizar uma ordem de Pactos Militares – NATO (1949) e Pacto de Varsóvia (1955), à qual o mundo ficou submetido por meio século de guerra fria; o equívoco traduziu-se em atribuir o *direito de veto*, na área da segurança a cargo do Conselho de Segurança, à França e à Inglaterra que tinham consumido na guerra as suas capacidades de projecção mundial do poder, e a não prever a emergência do poder da China, reduzida à condição humilhante de ser representada pelo governo nacionalista sediado na ilha de Taiwan, e ainda a imaginar que a aliada da guerra, que foi a URSS, seria cooperante nas realizações dos objectivos de modelo democrático ocidental a que se opunha a sua ideologia de Estado.⁹ Foi inaugurada uma

⁷ Adriano Moreira, *A Europa em Formação*, Editora Resenha Universitária, 1.ª Edição., S. Paulo, 1976, sobre *as consequências da guerra de 1939-1945*, pgs. 112 e sgts. É muito extensa a bibliografia sobre o desastre euromundista: Gordon Wrigth, *L'Europe en guerre, 1939-1945*, Paris, 1951; Arnold e Veronica Toynbee, *The eve of war 1939*, Londres, 1958. Máximo Mourin, *Histoire des nations européennes*, 2 vols., Paris, 1960. C. R. M. F. Cruttwell, *A History of the great war 1914-1918*, Granada, Londres, 1982, sobre as revoluções internas, *The Russian revolution*, pg. 418, *The German revolution*, pg. 584, *a queda do Império Turco*, pg. 606. Gordon A. Craig, *Europe Since 1815*, com excelente análise das tendências culturais e intelectuais do período que termina com “*The passing of the Europeans Empires*”, pg. 760 e sgts. E a síntese do pensamento de Raymond Aron (1905-1983), *Histoire et Politique*, volume 8 / número 28-29 da revista *Commentaire*, Julliard, Paris, um conjunto excelente de *Témoignages, Hommages de L'Etranger, Etudes, Textes*.

⁸ A. Ch. de Guttenberg, *L'Occident en Formation*, Payot, Paris, 1963. Alfred Grosser, *Les Occidentaux*, Fayard, Paris, 1978. Ajudam a compreender os ensaios de síntese trabalhos como o de Maxime Mourin, *Histoire des Grandes Parissances, de 1918-1958 (France, Allemagne, Angleterre, Italie, URSS, Etats-Unis, Chine, Japon)*, Payot, Paris, 1962. Denis de Rougemont, *Vingt-huit siècles d'Europe. La conscience européenne à travers les textes, d'Hériode à nos jours*, Payot, Paris, 1962.

⁹ Adriano Moreira, *Teoria das Relações Internacionais*, 6.ª Edição, Almedina, Coimbra, 2008, “*mediação da percepção*” pg. 55 e sgts. Adriano Moreira, *A Comunidade Internacional em Mudança*, Almedina, Coimbra, 3.ª edição, 2009. Adriano Moreira, *Relações entre as grandes potências*, ISCSIP, Lisboa, 1989. George Liska, *International Equilibrium*, Univ. Cambridge, 1957. Morton Kaplan, *Balance*

política de metades – duas cidades de Berlim, duas Alemanhas, duas Europas, e, pelas margens das fronteiras dos Blocos Militares, duas Coreias, dois Vietnams, duas Chinas, e uma desenfreada competição por hegemonias de cada um dos Blocos, usando guerras por entrepostas entidades, sobretudo na África.

4 – A Europa protegida

Nesse largo quadro da guerra fria, que Aron chamou de guerra improvável e de paz impossível, a meditação sobre o *espírito europeu*, ou, mais concretamente, *sobre o património imaterial europeu*, teve raízes em visões anteriores à derrota do nazismo, a mais simbólica delas sendo porventura a do movimento Rosa Branca, de estudantes da Universidade de Munich orientados pelo Prof. Huber, todos decapitados por defenderem uma Alemanha Federal dentro de uma Europa federada. Foi por esse tempo que Coudenhove-Kalergi constituiu nos EUA, com apoio de Fulbright e W. Built, um *Comité Americano por uma Europa unida e livre*, realizando em 1943, também em Nova York, o V Congresso Pan-Europeu onde foi lida a mensagem de Churchill preconizando o Conselho da Europa. Em França, homens como Francis Gérard, Albert Camus, Alexandre Marc, René Courtin, Henri Frenay, proclamavam que a Resistência Francesa estendia a mão aos resistentes de outros países; em 1944, antes do fim da guerra, a *Declaração dos Resistentes Europeus* apelava à resistência à agressão nazi.¹⁰ No rescaldo da guerra, os *Encontros Internacionais de Genebra*, sendo o primeiro de 1964, tiveram a colaboração de Julien Benda, Francisco Flora, Jean R. de Salis, Jean Guéhenno, Denis de Rougemont, Geörgy Lukács, Stephen Spender, Georges Bernanos, Karl Jaspers, discutiram o património imaterial europeu, com divergências como seria de esperar, mas pensando conseguir um conceito das três fontes de Valéry: “toda a raça e toda a terra que foi sucessivamente romanizada, cristianizada, e submetida, quanto ao espírito, à disciplina dos gregos, é absolutamente europeia.”¹¹

Pouco depois da queda do Muro de Berlim, e concluindo um trabalho iniciado em 1988, Antoine Compagnon e Jacques Seebacher publicam uma longa investigação, que coordenaram, sobre *L’Esprit de L’Europe*, I – *Dates et Lieux*, II – *Mots et Choses*, III – *Goûts et Manières*, uma investigação pluridisciplinar do património imaterial europeu, no qual, não obstante o *relativismo* que invadiu o tecido cultural europeu durante o longo período de protecção pela NATO, é difícil negar a conclusão tirada em Genebra por Denis de Rougemont: “a minha tese é simples. Consiste em recordar que a maior parte dos nossos valores e ideias, para nós Europeus, e a maior parte das nossas actividades correntes, sérias ou não, derivam da noção de homem introduzida pelo

of Power, Bipolarity and other methods of International System, in *American Political Science Review*, N. Y., 1957.

¹⁰ Adriano Moreira, *A Europa em Formação*, cit., pg. 174 e sgts. Jean-Pierre Gouzy, *Les pionniers de L’Europe Communautaire*, Lausanne, 1968. Henri Brugmans, *L’idée Européenne 1938-1965*, Bruges, 1965. Albert Camus, *Lettres à un ami allemand*, Paris, 1965. Coudenhove-Kalergi, *L’évolution de l’idée européenne*, Paris, 1960.

¹¹ Os volumes referentes aos Colóquios de Genebra foram regularmente publicados em português pelas Publicações Europa-América, 1962.

cristianismo. Não falo aqui do convertido, do homem cristão no sentido corrente do membro de uma Igreja, mais ou menos pio e mais ou menos moral. Falo, de uma maneira geral, do tipo do homem (crente ou não), que o cristianismo permitiu conceber e a que chamou pessoa”.¹²

Do ponto de vista do *poder político* com expressão mundial, toda a discussão do espírito europeu parecia sublinhada pela tranquilidade de George Steiner, aquele que afirmou que “l’Europe s’est suicidée en tuant les juifs”, mas que insistia em que, segundo o testemunho de Johan Palak, “devemos salvaguardar a nossa presença cultural e transmiti-la por todos os meios de que dispomos”. Tratou-se de *grandes ideias humanas*, aquilo que Thomas Mann tinha aprendido do seu mestre Goethe. Na sua *Maîtres e disciples*, Steiner escrevia que a essência da cultura “*nous dirige vers la dignitas de la personne humaine, vers son retour au bercail jusqu’au meilleur de soi*”.¹³

No entretanto, a protecção da NATO durante meio século de liderança do consenso pelos EUA, remeteu para uma penumbra, de quando em vez, mas raramente, rompida pela arrogância de De Gaulle, a lamentação de Ortega: “se o europeu se habitua a não mandar ele, bastarão geração e meia para que o velho continente, e atrás dele o Mundo inteiro, caia na inércia moral, na esterilidade, e na barbárie total”.¹⁴

5 – O património imaterial: o poder da palavra contra a palavra do poder

A queda do Muro de Berlim em 1989, colocou um ponto final na política das metades, e mais uma vez originou a ilusão ocidental de que tinha, desta vez, *ganho a guerra fria*. De facto limitou-se a não a perder, porque foi no interior da URSS que se desenrolou a erosão inquietante da *fadiga dos metais*, uma doença que também atinge os Impérios.

¹² Denis Rougemon, *Carta Aberta aos Europeus*, Lisboa, s. d., pg. 44.

¹³ George Steiner, *Maîtres et disciples*, Paris, Gallimad, 2003. George Steiner, *Une Certaine idée de L’Europe, Un endroit ou aller*, Actes Sud, 2005, descreve de entrada: “Les cafés caractérisent l’Europe. Ils vont de l’établissement préféré de Pessoa à Lisbonne aux cafés d’Odessa, hantés par les gangsters d’Isaac Babel. Ils s’étirent des cafés de Copenhague, devant lesquelles passait Kierkegaard pendant ses promenades méditatives, aux comptoirs de Palerme. Pas de cafés anciens ou caractéristiques à Moscou, qui est déjà un faubourg de l’Asie. Très peu en Angleterre, après une mode éphémère au XVIII siècle. Aucun en Amérique du Nord, sauf dans cette entente française qu’est la Nouvelle Orléans. Dessinez la carte des cafés, vous obtiendrez l’un des jalons essentiels de la “notion d’Europe”.

¹⁴ Paul Valery, escrevia desanimado: “os miseráveis europeus preferem brincar aos Armagnacs e aos Borgonheses, do que assumir sobre toda a terra o grande papel que os Romanos souberam tomar e manter durante séculos no mundo do seu tempo. O seu número e os seus meios não eram nada comparados com os nossos; mas eles encontraram nas entranhas dos seus frangos mais ideias justas e consequentes do que contêm todas as nossas ciências políticas. A Europa será punida pela sua política; será privada de vinhos, de cervejas e de licores. E de outras coisas...”, in *Regards sur le monde actuel*, Paris, 1941, pg. 32. Ortega y Gasset, *La Rebelion de las Massas*, Madrid, 1962. É complementar do seu pensamento a *Meditación de Europe*, in *Obras Completas*, Alianza Editorial, Madrid, 1983, volume 9.º, pg. 247 e sgts.

A referência interna dessa fadiga está expressa nas *50 idées qui ébranlent le monde*, identificadas sob a direcção de Youri Afanassiev e Marc Ferro.¹⁵

A *coexistência pacífica*, que animou Khrouchtchev, abandonou o conceito da completa incompatibilidade entre as duas Europas, partindo de um ponto de vista económico, e procedendo a uma espécie de confissão dos abusos do governo soviético, em busca de purificação.¹⁶

Sucessivas crises internas, a ruptura da Jugoslávia de Tito com a União Soviética (1948), a invasão da Hungria (1956), a adesão da Albânia à China (1961), a invasão da Checoslováquia (1968), e a grande crise da Polónia com o ponto alto em Gdansk (1980) abalaram a URSS: ali, um operário – Lech Walesa, dirigente do sindicato Solidariedade, e um Cardeal que seria o Papa João Paulo II, tal como acontecia na Checoslováquia com um escritor teatral, poeta, actor, Václav Havel, fizeram crescer a visibilidade e eficácia do *poder dos sem poder*, despertaram o realismo de Gorbatchev que aceitou a *exiguidade do Estado* para enfrentar os desafios, e iniciou, a partir de 1987, a *perestroïka* (reestruturação económica), a *glasnost* (transparência), e a democratização. A destruição do Muro de Berlim, em 1989, foi o sinal de que começava uma nova época histórica.¹⁷

A partir desta data, uma velha componente da história europeia, que fez de cada Estado fronteiriço um *inimigo íntimo* e não um vizinho, começou a redesenhar no Atlântico o confronto entre o *européïsme* e o *americanismo*, nesta vasta região que ficou identificada como Ocidente.

A evolução do neoconservadorismo americano para o *unilateralismo*, sob a liderança de George Bush, desencadeou a mais séria das cisões.¹⁸ A convicção de ser a nação indispensável, recebera esta formulação por Ronald Reagan: “sempre acreditei que este continente era um lugar excepcional cujo destino era excepcional. Creio que o nosso destino é o de ser o farol da esperança de toda a humanidade”. A advertência de Fontaine era que, considerando extraordinária a vitória de George Bush na intervenção contra o Iraque de Saddam Hussein, os EUA pensaram-se sem rivais e sem inimigo, livres de tomar decisões globais.

¹⁵ Youri Afanassiev et Marc Ferro (Dir.), *Dictionnaire de la glasnost*, Éditions Payot, Paris, Moscovo, 1989.

¹⁶ *Le Rapport Khrouchtchev et son histoire*, Seuil, Paris, Coll. “Points Histoire”, 1976, dominado por este conceito: “Staline fut à l’origine de la conception de l’ennemi du peuple”. Foi lido no XX Congresso do Partido em 1956.

¹⁷ Vaclav Havel, *Interrogatório à distância*, Editorial Inquérito, Lisboa, 1990. Y. Afanassiev, M. Ferreti, *Perestroïka – Glasnost – Reforme*, in *Dictionnaire de la glasnost*, cit., pg. 442. Carl Bernstein and Marco Politi, *His Holiness – John Paul II and the Hidden History of our Time*, Doubleday, New York, 1996. George Weigel, *Testemunho de Esperança, A Biografia de João Paulo II*, Bertrand, Lisboa, 2000.

¹⁸ A crise de solidão dos EUA, foi estudada por André Fontaine, *L’un sans l’autre*, Fayard, Paris, 1991.

Os factos traduziram-se em que a invasão do Iraque ressuscitou a ideia da *cera mole* da velha colonização, a assumida superioridade moral definiu um *eixo do mal*, inspirador do regresso às cruzadas, a prospectiva do *conflito das civilizações* marcou a visão estratégica de um futuro conflituoso, a tese do *fim da história* apoiou a visão de uma comum atitude dos povos, *democráticos* pelo modelo americano, submissos à *declaração dos direitos humanos de Filadélfia*, e às leis da *economia de mercado*, tudo de origem americana.¹⁹

Este unilateralismo provocou um severo confronto no Conselho de Segurança, porque a França não acompanhou os EUA, a divisão reflectiu-se na NATO, e inevitavelmente no Conselho Europeu. A imaginação neoconservadora americana conceptualizou as diferenças vinculando o unilateralismo americano a Marte, e a afirmada debilidade europeia a Vénus.

O afundamento do prestígio americano no Iraque, e o desastre crescente no Afeganistão, contribuíram para inspirar o eleitorado a eleger Obama para a presidência dos EUA, festejando a chegada de um *negro*, no seu conceito nacional, ao poder, um feito que o Brasil já realizou, salvo erro, cinco vezes.

A mensagem dominante deste vencedor, – Yes, we can! – anunciando o objectivo de colocar o *diálogo multicultural* no lugar do *contingente militar*, tem as dificuldades do peso da estrutura herdada do republicanismo, e o embaraço do desastre financeiro e económico global.

Quer por resposta ao unilateralismo americano, quer por definição estratégica em relação ao globalismo sem governança mundial, o processo europeu acentuou algumas orientações e até derivas.

Em primeiro lugar, e inscrevendo nos seus objectivos as inquietações da UNESCO sobre o *património imaterial da humanidade*, este tema ganhou actualidade e exigência num espaço de pluralismos nacionais e linguísticos, de memórias políticas a pacificar, de debilidades participadas e agravadas pela perda do império colonial: dependência de matérias-primas, dependência de energias não renováveis, dependência de reserva estratégica alimentar.

Acompanhando a evolução do conceito estratégico da NATO, sem perder o objectivo de uma autonomia estratégica europeia, a tendência, expressa no Tratado de Lisboa, assinado finalmente em 1 de Dezembro de 2009 na capital portuguesa, é para intervir no mundo sem governança como uma *unidade regional*, com forma jurídica

¹⁹ Francis Fukuyama, *O fim da história e o último homem*, Gradiva, Lisboa, 1992. Samuel P. Huntington, *The clash of Civilizations?*, in *Foreign Affairs*, 1993. Paul Kennedy, *Preparing for the twenty first century*, Random Home, N. Y., 1993. O mesmo que estudando aqui a competição pelo domínio unilateral, publicou antes Paul Kennedy, *The rise and fall of the great powers*, Londres, Unwin, 1988, entre 1500 e 2000, não parecendo antever o declínio americano.

final não subordinada a qualquer modelo já praticado, mas servindo de referência à regionalização que se multiplica em todos os continentes: o diálogo estruturado, numa ONU finalmente reformada, será não apenas entre *soberanias de Estados*, mas *entre regiões*, domínio em que a Europa avança para exemplo.²⁰

Por muito plural que seja a Europa, a sua parte no património imaterial mundial é definidora de unidade que lhe pertence: o direito internacional, a concepção dos direitos do homem, o modelo democrático, a ciência e a técnica, os modelos de governação política estadual e internacional, o cosmopolitismo, a teorização da guerra e da paz, a diplomacia e o diálogo.

Mas este *património imaterial* não é sustentado pelo *poder efectivo* que exerceu até à dissolução do Império Euromundista, e agora nunca podem ser ignoradas as dependências europeias dos recursos que a Europa pretendeu dominar com a expansão colonial, nem deve ignorar o perigo de consentir em aprofundar a distancia entre o europeísmo e o americanismo.

Isto significa que o regresso à leitura de Spengler á talvez oportuna, e que a *circunstância global* aponta para uma revalorização do conceito integrador do Ocidente.²¹

Um Ocidente transbordante, que por exemplo se estende à Austrália, esta por vezes a tentar asiaticar a sua política, mas que sobretudo tem o seu acento tónico no Atlântico, e por isso a exigir o aprofundamento do conceito e responsabilidades da NATO, que não pode ignorar o Atlântico Sul, onde as soberanias da língua portuguesa se destacam, com relevância crescente para o Brasil, e tomar responsabilidades crescentes no que chamei *Oceano Moreno*.²²

No fundo, um novo Ocidente, que, no dizer de Olivier Zajec, é “*aberto e não territorializado*”, na base de uma concepção filosófica liberal, pelo que, como explica Sorman, “nenhuma representação geográfica do Ocidente é viável visto que certas nações asiáticas se tornam ocidentais (Japão, Taiwan), enquanto grupos não ocidentais (muçulmanos na Europa) vivem nos países ditos ocidentais...”²³ Talvez seja indispensável introduzir aqui um limite geográfico, finalmente inscrito na definição reformulada do conceito estratégico da segurança da NATO e da Política de Segurança Comum Europeia. E também não confundir o *diálogo entre as culturas*, cuja urgência

²⁰ Tony Judt, *Pós-Guerra, História da Europa desde 1945*, Edições 70, Lisboa, 2005, para rever as guerras interiores europeias. John Gaddis, *A Guerra Fria*, Edições 70, Lisboa, 2005, um estudo sobre a experiência passada e as novas ameaças, que exigem também definição europeia.

²¹ Oswald Spengler, *A decadência do Ocidente*, Editora Universidade de Brasília, 1959.

²² Olivier Zajec, *Réinventions stratégiques de l'Occident, (1949-2009)*, in L'Étata du Monde, La Découverte, Paris, 2010, pg. 51

²³ General Loureiro dos Santos, *As guerras que ai estão e as que estão para vir*, vol VI, Publicações Europa-América, Mem-Martins, 2009, capítulo sobre “A Europa em Transição” pg. 247 e sgts. Para os antecedentes, John Lewis Gaddis, *A Guerra Fria*, Edições 70, Lisboa, 2005. Adriano Moreira, *A Privatização da Guerra*, in Revista da História das Ideias, vol. 30, Coimbra, 2009.

se acentua com as migrações descontroladas, com a defesa e planeamento dos patrimónios imateriais dos ocidentais.²⁴

A grande tarefa ocidental, na globalização emergente em consequência do activo e passivo da intervenção ocidental no mundo, é talvez o que Boris Biancheri chama “*conciliar o mundo*”, implicando a exigência da definição metodológica e substantiva de uma diplomacia global de nova invenção.²⁵ Uma exigência aguda para Estados, como o português, cuja circunstância de *Estado Exíguo* se acentua de maneira alarmante.²⁶ Tudo não dispensando o acentuar do movimento mundial do regionalismo, em que a União Europeia, cujo Tratado de Lisboa foi finalmente aprovado nesta cidade, no dia 3 de Dezembro de 2009, serve de inspiração e de modelo.

6 – A ONU e o regionalismo

Quando a solicitada reforma da ONU provoca uma convergência de votos, declarações, e propostas, que cresce de dimensão à medida que a desordem mundial e a consciência política do facto também se alargaram, talvez seja útil e oportuno incluir o tema do regionalismo nas temáticas mais urgentes. Trata-se de uma perspectiva que aflorou entre os que discutiam e doutrinavam sobre os paradigmas a que obedeceria a ONU, mas a regionalização foi vencida pela prioridade dada às representações dos Estados. Não faltaram inquietações publicadas sobre a urgência de envolver a Europa num modelo federal, não apenas pela debilidade em que os Estados europeus se encontravam no fim da guerra, com metade do espaço já destinado à supremacia soviética, mas também como caminho para a salvaguarda da paz sempre em risco pelas conservadoras atitudes de confronto entre vizinhos territoriais. O modelo de associação de Estados, com aprovação do princípio que guardava o direito de voto igual a cada Estado membro, não manteve relação para com os princípios democráticos de referência, porque a realidade impôs o reconhecimento das hierarquias a que respondeu o estatuto do Conselho de Segurança. Talvez não seja inútil recordar que a regionalização, recusada no que respeita aos textos normativos que consagraram finalmente a visão da nova ordem internacional, veio a ganhar presença nos costumes e procedimentos da Assembleia Geral. Ali, onde apenas se formulariam recomendações, e não decisões imperativas para os Estados como no Conselho de Segurança, ganharam presença e tradição os grupos de Estados que se distinguiram pela concepção do mundo e da vida, ou apenas pela contradição de interesses. Sem texto, e portanto sem estatuto, as identidades regionais assumiram identidade e protagonismo, com presença efectiva nas votações. A Europa ocidental, a Europa do Leste, a África do Sul do Saara, o agrupamento sul-americano, foram tomando forma, praticaram as reuniões separadas para acordarem orientações, de tal como que a previsibilidade das resoluções, tal como

²⁴ François Julien, *O diálogo entre as culturas*, Zahar, Rio de Janeiro, 2010, pg. 196 e sgts. Edward W. Said, *Orientalismo – O Oriente como invenção do Ocidente*, Companhia de Bolso, S. Paulo, 2007, “*orientalismo latente e manifesto*”, pg. 273.

²⁵ Boris Biancheri, *Conciliar o Mundo*, Martins Fonte, S. Paulo, 2005.

²⁶ Adriano Moreira, *A Circunstância do Estado Exíguo*, Lisboa, Revista Segurança e Defesa, 2009.

nos parlamentos democráticos, também fez parte do património imaterial da organização. A evolução da realidade internacional, desafia agora o modelo fundador, que talvez tenha o pensamento de Cordell Hull na sua matriz original. O movimento ganhou visibilidade logo após a queda do Muro de Berlim em 1989, quando a Europa imaginou que fora a Aliança, e não a debilitação interna da estrutura soviética, que o fizera ruir. Logo a partir de Maastricht, em 1993, cresceu a evidência de que a Europa, e nenhum soberano país europeu, é que deve estar presente no centro responsável pela segurança mundial que venha a ser definido. Se esta linha estruturante se impuser, vai ser necessário encontrar maneira de um Estado como os EUA (e também a Rússia, a China, a União Indiana), coexistirem com a Alena, com o Mercosul (Mercado Comum da América do Sul), o mesmo se passando com a Asean que deu um sinal com a cimeira de Dezembro de 2005. Este novo regionalismo, ou *New Regionalism* para lhe dar autoridade, tem raízes numa evolução da realidade que exige alteração dos conceitos de soberania, de tolerância com diferentes modelos políticos de governação, de tratamento igual para as diferenças de valores culturais em confronto, tudo submetido às consequências globalizantes dos avanços técnicos e científicos, à estruturação de redes que ultrapassam fronteiras e poderes políticos, a riscos e ameaças globais que escapam à capacidade de resposta de qualquer superpotência isolada. É evidente que os factos terão que atropelar as ilusões de futuros soberanos dos nacionalismos de poderes que emergiram depois da guerra, e também as sobrevivências míticas de passados de antigas grandes potências. Mas é cada vez mais visível que a paz apenas ganhará, se os factos vencerem essas ilusões.

*(Comunicação apresentada na Universidade de Coimbra
em 10 de Dezembro de 2009)*